



HUMBERTO PLUMMEN: UM SOCIÓLOGO EDUCADOR DA “IGREJA DOS POBRES” NO NORDESTE

HUMBERTO PLUMMEN: A SOCIOLOGIST EDUCATOR OF THE “IGREJA DOS POBRES” IN THE NORTHEAST

*Flávio Lyra de Andrade**

*José Afonso Chaves***

RESUMO

O artigo discute a contribuição dos intelectuais na experiência da Igreja dos Pobres, particularmente na Arquidiocese de Olinda e Recife e no Regional Nordeste II da CNBB. Para tanto, toma como exemplo dessa contribuição a figura do Padre Humberto Plummen, teólogo e sociólogo holandês que foi um destacado agente intelectual dessa mesma Igreja dos Pobres no nordeste brasileiro na segunda metade do século XX. Nesse sentido, a partir da análise de suas ideias e práticas, busca traçar sua trajetória intelectual, identificando nela uma teologia pastoral que conformou a Igreja dos Pobres desde seu surgimento nos anos 1960, passando pela crise e conflito eclesial instaurados pela Cúria Romana em meados dos anos 1980 e o cristianismo da libertação na atualidade. Por fim, problematiza a Igreja dos Pobres hoje na

* Doutor em Sociologia – PPGS/UFPB; Mestre em Sociologia – PPGS/UFPE; Licenciado em História – UNICAP; Cursando Pós-Doutorado em Ciência da Religião – PPGCR/UNICAP. Como religioso franciscano, fez curso de teologia pastoral pelo DEPA. Professor e pesquisador, nas áreas: sociologia política, políticas públicas e movimentos sociais; sociologia da religião e catolicismo; história do cristianismo da libertação e movimentos sociais do campo; questão agrária e desenvolvimento rural; pedagogia na educação popular e em licenciatura indígena intercultural. Leigo militante cristão e educador popular, com atuação e acompanhamento a processos de formação com pastorais e movimentos sociais no Nordeste. Integro a comunidade de Recife do MPC – Movimento de Profissionais Cristãos.

** Doutor em Sociologia (2010) e Mestre em Ciência Política (2002) pela Universidade Federal de Pernambuco. Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1998). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UNICAP (Mestrado e Doutorado, nível 4).



relação entre fé e política, na desinstitucionalização da religião e na diáspora de católicos da libertação.

Palavras-chave: Cristianismo da Libertação; Pastoral e educação popular; Movimentos eclesiais populares; História da igreja; Sociologia dos intelectuais.

ABSTRACT

The paper discusses the contribution of intellectuals in the experience of “Igreja dos Pobres”, particularly in the Archdiocese of Olinda e Recife and in the Northeast Regional II of the CNBB. To this end, he takes as an example of this contribution the figure of Father Humberto Plummen, a Dutch theologian and sociologist who was an outstanding intellectual agent of that same “Igreja dos Pobres” in northeastern Brazil in the second half of the 20th century. In this sense, from the analysis of its ideas and practices, it seeks to trace its intellectual trajectory, identifying in it a pastoral theology that conformed the “Igreja dos Pobres” since its emergence in the 1960s, going through the crisis and ecclesial conflict established by the Roman Curia in the mid 1980s and the Christianity of liberation today. Finally, it questions the “Igreja dos Pobres” today in the relationship between Faith and politics, in the deinstitutionalization of religion and the diáspora of liberation Catholics.

Keywords: Liberation Christianity; Pastoral and popular education; Popular ecclesial movements; History of the church; Sociology of intellectuals

1 INTRODUÇÃO

Procura-se, nesse texto, apresentar ideias sobre um desenho de pesquisa(s) que visam a ampliar o registro histórico e as reflexões acerca da Igreja dos Pobres no Nordeste, especificamente no território da CNBB NE2. O ponto de partida para observação da experiência da Igreja dos Pobres é o lugar peculiar e irradiador que Dom Helder Camara exerceu durante seu arcebispado em Olinda e Recife. Com essa perspectiva, avançamos nesse artigo em um primeiro esforço de pesquisa, atentos a estes dois objetivos que orientaram essa investigação. Nos perguntamos: que ideias e práticas conformaram, de meados das décadas de 1960 a meados da década de 1980, a Igreja dos Pobres, considerado o contexto geo-histórico, político e eclesial apontado, sem perder de vista o contexto nacional e latino-americano.

Para a concretização desses objetivos é possível, por um lado, circunscreverem-se os intelectuais que assessoravam mais diretamente Dom Helder; por outro, localizar os organismos, organizações eclesiais, sociais, políticas e culturais que estiveram envolvidas na sua estratégia de ação pastoral. Este é um trabalho resultante de

pesquisa realizada a partir de insumos disponíveis acerca de colaboradores imediatos, intelectuais – teólogos/as, padres, religiosos/as ou agentes pastorais – e de organizações. Pudemos utilizar relatos biográficos, autobiografias, pesquisas acadêmicas, sistematizações de experiências institucionais organizativas ou pedagógicas, documentos e entrevistas, que se multiplicaram e se fizeram mais acessíveis nos últimos tempos.

Essa tarefa nos permite, ao mesmo tempo, registrar traços do que pôde ser concebido como Igreja dos Pobres, naquele tempo, e o que pode ainda hoje ser assim entendido – seja como reafirmação, recriação, transfiguração, extrapolação de uma tradição – o cristianismo da libertação (LÖWY, 2000; SUNG, 2008; LOWY, SOFIATI, ANDRADE, 2020), e vivências de pluralismo religioso (TEIXEIRA, 2009) ou diáspora católica (HERVIEU-LEGER, 2019; 2008).

Com essas indicações exploramos a discussão sobre os intelectuais, as ideias, a ação e os movimentos eclesiais e sociais, discutindo religião e política. De tal forma, talvez, possamos colaborar com esforços históricos e sociológicos para ampliar o registro e a compreensão do catolicismo da libertação (SOFIATI, MOREIRA, 2018; BRANDÃO, 2013). Seleccionamos o nome de um intelectual para fazer esse primeiro exercício de reflexões na perspectiva do que indicamos acima: o Pe. Humberto Plummen.

Jan Huberto Gerardus Plummen, nasceu em Mheer, Holanda, aos 28 de janeiro de 1928. Era membro da Congregação do Santíssimo Redentor (Redentoristas - CSSR)¹, na qual fez profissão permanente em 1949. Dotado de espírito missionário, iniciou os estudos teológicos em Witteem, mas, no ano de 1953, veio para o Brasil. Terminou Teologia na cidade de Floresta, localidade próximo a Juiz de Fora/MG. Ordenou-se padre em 1954 e, no ano seguinte, veio para o Nordeste – cidade de Campina Grande/PB, mudando-se anos depois para Arcoverde/PE, onde ficou até 1959; foi, em seguida, para Garanhuns/PE, e lá permaneceu até 1961. Viveu nesses tempos a experiência de ser pároco, missionário e, simultaneamente, educador e pregador atento à justiça social no trabalho pastoral que realizava. Em 1962 foi estudar Sociologia, em Lovaina, na Bélgica, onde permaneceu até 1966. Voltando ao Nordeste, começou a ministrar aulas em Seminário dos Padres do Sagrado Coração

¹ CABRAL (2008, p. 387); Felipe Junior (2007).

de Jesus. No Recife, em 1968, integrou a equipe de professores do ITER (Instituto de Teologia do Recife), fundado naquele ano, e ali lecionou até o fechamento, em 1989 (FELIPE JÚNIOR, 2007). Faleceu em setembro de 2001, acometido por um edema pulmonar, quando estava pároco do bairro UR-10, no Ibura, periferia do Recife, onde morava em uma comunidade inserida dos Redentoristas.

Neste artigo é apresentado o resultado de um estudo exploratório² sobre a trajetória daquele intelectual que foi importante colaborador de Dom Helder e da Igreja dos Pobres no Nordeste. Para esta escolha distinguimos os colaboradores diretos, no âmbito de atuação da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), daqueles cujas atuações em espaços de assessoria e formação se estendiam a outras dioceses e serviços pastorais do Regional da CNBB. Pertencente a esse segundo círculo, Humberto atuou ao lado de reconhecidos colaboradores igualmente estrangeiros, como José Comblin, Eduardo Hoornaert, René Guerre e José Servat, e dos brasileiros Zildo Rocha, Marcelo Carvalheira, Ernanne Pinheiro e Ivone Gebara, entre outros/as (MARIN, 2002; MUGGLER, 2012; PINHEIRO, 2009; CABRAL, 2008; SERBIN, 2008; SALEM, 1981; ROCHA, 1999; MONTENEGRO et al, 2002; MONTENEGRO, 2019; CASTRO, 2002).

O pesquisador francês Richard Marin (2002) avaliou que a experiência pastoral da Igreja dos Pobres, com Dom Helder, em Olinda e Recife, envolvia no máximo um quinto da Arquidiocese, assim como ressaltou que entre eles estavam muitos religiosos estrangeiros. Podemos ver nisso uma limitação ou uma expressão de catolicismo, no sentido de universalidade, abertura de diálogo entre o Norte e o Sul, ou mesmo uma missão reversa de descolonização.

A Igreja dos Pobres tem um registro característico deixado pelo carisma e pelo testemunho profético e espiritual de Dom Helder. O arcebispo fomentou tanto uma experiência de igreja na base, através do cultivo de um movimento de reforma inspirado pelos ventos do Concílio Vaticano II, na então conservadora AOR, quanto

² A ideia de uma pesquisa biográfica sobre a trajetória de Pe. Humberto no Regional da CNBB NE2 iniciou em 2008, em debate ocorrido entre alunos, educadores e coordenadores da Escola de Fé e Política Pe. Humberto Plummen. Tendo sido esboçado um pré-projeto com objetivo diferente do atual, mas que estimulou sua retomada nesses novos espaço e contexto. É importante registrar que, naquele momento, a Escola contou com a colaboração de um dos autores desse texto, Flávio Lyra, e também com Drance Elias e Hamilton Costa.

uma opção pelos pobres que buscava traduzir os anseios de renovação do Cristianismo, expressos na agenda da Conferência de Medellín para a Igreja Católica na América Latina.

Dom Helder, orientado pela eclesiologia de igreja como povo de Deus, operou essa opção através de um largo ecumenismo secular (KRISCHKE, 1979), que perdurou depois da crise eclesial instaurada, após 1985, com a sua substituição, inserida no processo de volta à grande disciplina empreendido pela Cúria Romana, cujas repercussões foram fortes também no território da CNBB NE 2.

2 HUMBERTO PLUMMEN, A “IGREJA DOS POBRES” E O CATOLICISMO DA LIBERTAÇÃO

Pe. Humberto Plumm, na experiência da Igreja dos Pobres da AOR e do Regional NE2, exerceu um papel ativo de articulação na perspectiva então vigente de uma Igreja alicerçada no binômio comunhão e participação. Desempenhou papel muito peculiar como teólogo, educador e sociólogo, multiplicando-se nas assessorias a Dom Helder e às dioceses do Regional NE 2, à CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil), às comunidades de religiosas inseridas e, em momento posterior, ao Setor de Pastorais Sociais do Regional.

O religioso colaborava na construção dos planos de pastoral de conjunto; nas assembleias de que participava, realizava análises de conjuntura para as pastorais e movimentos sociais. Realizou várias pesquisas participantes, a exemplo de uma na ACO (Ação Católica Operária), outra com as CEB's, e outra ainda na EQUIP – (Escola de Formação Quilombo dos Palmares). Foi professor do ITER e assessor do DEPA (Departamento de Assessoria e Pesquisa). Integrou diretorias e coordenação de organizações pastorais e da sociedade civil, a exemplo do CTC (Centro de Trabalho e Cultura), do CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) e do CENAP (Centro Nordestino de Animação Popular). Enfim, entre tantos outros colaboradores e intelectuais da Igreja dos Pobres, destacamos em Humberto Plumm a longevidade da presença na construção desse projeto, fazendo a ponte entre os momentos anterior e posterior à crise eclesial gerada pela substituição de Dom Helder na AOR. No seguimento desse processo chama atenção a homenagem que a Escola Fé e Política,

do Setor de Pastoral Social do Regional fez a ele, dando o seu nome à Escola, em 2003, após seu falecimento.

Humberto Plommen foi um sociólogo educador. Como padre tinha também formação teológica. E sempre se portou como um intelectual público; nesse sentido, em suas assessorias, através das reflexões políticas pastorais produzia uma teologia pública. Era cuidadoso na preparação das suas intervenções, seja nas assessorias, seja nas aulas no Instituto de Teologia do Recife.

Foi uma pessoa de fácil acesso, atenciosa, assertiva, solidária, afeita ao trabalho coletivo no exercício de liderança. Ivone Gebara, em testemunho póstumo, apresentou algumas de suas características.

Humberto apreciava o trabalho árduo das educadoras e educadores porque ele mesmo foi um grande educador. Sentia-se continuado nos educadores do Nordeste. Reconhecia-se neles. Vibrava com suas conquistas como se fossem conquistas pessoais. Acreditava que este era o caminho da democracia e dos direitos humanos. Humberto, sociólogo educador, nunca fundou sozinho escolas de educação popular, nem tinha um discipulado organizado, nem tinha muitas publicações. Coorganizou grupos, participou como colaborador de seminários e cursos diversos, defendeu várias causas, sobretudo as ligadas ao surgimento da justiça e ao respeito dos Direitos Humanos. Sempre esteve colado à vida dos mais pobres e deles tirava inspiração para ser, de certa forma, educador de educadores. Da mesma forma buscava os teóricos e se entusiasmava na leitura dos sociólogos e analistas políticos. Fazia a ponte entre o saber popular e o saber erudito. Depois de sua partida diferentes grupos já se organizaram em torno das coisas que dele aprenderam, sobretudo o cuidado com a vida dos mais pobres. Algumas iniciativas inspiradas em suas reflexões e seu testemunho de vida tornaram-se sementes e frutos na direção de uma ordem social de justiça e solidariedade (GEBARA, 2003, p. 7-8).

Na tarefa de resgatar sua trajetória lidamos com dificuldades para encontrar arquivos com os registros dos seus escritos. Sua prioridade era manter as atividades como pároco e o trabalho profissional e pastoral como sociólogo educador. Não escreveu livros e, embora tenha escrito artigos e notas para as assessorias, não se preocupou com publicações. Muitos cadernos e folhas de anotações ficaram, talvez, perdidos em sua estante. Possivelmente os escritos de Humberto Plommen contêm registros significativos de sínteses das reflexões teológicas, sociológicas e pedagógicas que

produziu ao longo de sua trajetória de intervenção pastoral e política, tanto no espaço eclesial quanto na sociedade civil.

Identificada a dificuldade de acesso a registros escritos dele, além de garimparmos alguns dos raros artigos que publicou³, podemos talvez falar de memórias cruzadas. Acessamos biografias de pessoas do círculo de colaboradores de Dom Helder – aqui referidos – ou comentários, relatos e narrativas de situações ocorridas nessa história comum, além das memórias dos autores desse artigo que vivenciaram partes dessa história.

Com formação em uma escola histórico-crítica, em sua trajetória como professor e assessor das pastorais e movimentos sociais, transitou em toda uma complexa rede de organismos eclesiais em constituição. Fazia muitas coisas ao mesmo tempo, e estava presente em muitos espaços, intra e extraeclesiais, numa postura de colocar o seu saber a serviço da realização, enquanto ação coletiva, do projeto da Igreja dos Pobres. Vamos pincelar alguns traços desse intelectual militante, padre e teólogo, sociólogo e educador.

3 O EDUCADOR (SOCIÓLOGO): A FORMAÇÃO

Humberto Plummen não publicou estudos sistemáticos, mas dominava os conteúdos que expunha; era profundo, metódico e preciso em suas análises socioeconômicas e problematizações de cunho político-pedagógico. Apresentava, nas assessorias, reflexões em que tratava de diversos temas, delimitando-os e os desenvolvendo de forma didática, mas não simplificadora.

O citado Richard Marin (2002, p. 135), descrevendo as opções pastorais de Dom Helder em Olinda e Recife, e a estruturação de uma Igreja dos Pobres, informou que o Arcebispo se preocupou muito especialmente com o sistema de formação do clero. Para isso contou com a proposição de dois colaboradores muito originais – o teólogo José Comblin e o pastoralista René Guerre – termos com os quais se refere aos dois

³ Chamamos atenção para os limites da pesquisa realizada durante um tempo de pandemia, o que impediu o acesso a bibliotecas nas quais poderíamos encontrar escritos do padre Humberto Plummen em revistas, coletâneas e cartilhas, uma vez que os seus escritos estão dispersos neste tipo de publicações e não estão disponíveis *on line*.

sacerdotes- Em 1966 muitos seminaristas foram viver no meio popular, trabalhando de dia e estudando à noite. Assim, a proposta em construção foi rompendo com o modelo romano e europeu de formação. Concebeu-se, então, um ensino mais pastoralista que intelectual, mais adaptado às particularidades socioculturais locais. Vivida essa experiência sob o olhar reticente de Roma, tempos depois, em 1968, foi fechado o Seminário Maior de Camaragibe, cidade vizinha ao Recife, que foi substituído pelo Instituto de Teologia do Recife. Ali os futuros padres frequentavam os cursos, enquanto viviam em pequenas comunidades dispersas pelos bairros.

O ITER foi parte importante da estratégia de realização do projeto de uma Igreja dos Pobres. Em certa medida, a sua proposta de formação privilegiou uma perspectiva teológica não dogmática, abriu-se para que leigos fossem alunos e professores, e seu programa de estudos tinha ênfase na pastoral. Tendo ministrado aulas no ITER desde a sua fundação (1968) até o fechamento (1989), Humberto Plummen assumiu a direção do Instituto entre os anos de 1970 e 1976. No período teve a colega, Ivone Gebara, como Vice-diretora (nos anos de 1974 a 1976), fato relevante para a época. Humberto lecionou as disciplinas relacionadas aos campos da Sociologia e da Teologia Moral, com foco na Ética (CABRAL, 2008, p. 387; 392).

Serbin (2008) chamou a atenção para a existência de um conjunto de institutos de Filosofia e Teologia que, à semelhança do ITER, surgiram naquele período, nos quais os estudantes estavam dispostos a abandonar o sistema tridentino de formação. Uma alternativa à criação de um instituto ocorreu com os estudantes se matriculando e estudando em universidades. O ITER se destacava pela ênfase em estudos interdisciplinares e pela diversidade do corpo discente, que incluía seminaristas diocesanos e religiosos, leigos e também protestantes. Foram muitos os conflitos em torno do programa e do rigor acadêmico, o que se expressava por meio de debates que envolviam todo o corpo docente, como, por exemplo, na discussão da grade curricular e do método pedagógico. Ao longo do seu funcionamento o Instituto incluiu, em seu corpo docente, leigos, freiras, um sociólogo e um padre laicizado. O Instituto criou técnicas pastorais, recorrendo ao uso das Ciências Sociais. Essa experiência dialogava com o clima presente em boa parte da Igreja Católica na América Latina, na busca de formas de articulação entre teoria e prática, entre teologia e trabalho pastoral (SERBIN, 2008, p. 264-265).

O ITER procurava ser um espaço de formação aberto e de fomento ao movimento de renovação, então em curso. Foi fundado em 1968, o que coincide com um conturbado e efervescente movimento político de resistência à Ditadura Civil-Militar que estabeleceu, em Olinda e Recife – e em numerosos locais do país –, um período de acirrado conflito entre a Igreja Católica e o Estado, um ambiente com forte politização, propício ao travamento de discussões e debates em salas de aula de Institutos de Teologia e nos ambientes de ação pastoral. O acompanhamento do percurso de funcionamento do ITER possibilitou um bom exercício de análise sobre modelos eclesiológicos que se conflitavam (CABRAL, 2008; SILVA, 2014), apesar de o clima de polarização daquela conjuntura política e eclesial tender a dissolver nuances dos modelos eclesiais em conflito, prefigurados na oposição entre Igreja Povo de Deus e Igreja Sociedade Perfeita.

Nesse contexto, a formação para leigos teve seu espaço ampliado quando se estabeleceu a crise intereclesial no pós-Concílio Vaticano II. A crise pôs freios às reformas e interrompeu os diálogos mal iniciados no campo da moral e do comportamento modernos, especificamente quanto à possibilidade de revisão sobre questões como contracepção, casamento dos padres e participação das mulheres na Igreja Católica. Em decorrência, foram fortes tanto a diminuição de vocações quanto o desligamento de padres do exercício do ministério presbiteral (SERBIN, 2008). Todo o contexto conduziu a que fosse repensada, na estratégia então em curso, a forma de responder a uma nova configuração de agentes propulsores da pastoral, para além e em consonância com a perspectiva da Igreja dos Pobres.

Quando Humberto Plummen assumiu a direção do ITER, em 1970, fez um balanço acerca das categorias de alunos que o Instituto atendeu nos dois anos de existência, considerando seminaristas, religiosos/as e leigos, e revelando que a formação, até aquele momento, estava predominantemente voltada para ministros ordenados. Ele aventou possibilidades de mudanças, tendo em vista a diversificação dos ministérios e o declínio drástico no número de seminaristas (nos três anos 1968-1970), e também no quantitativo geral de alunos. Sua análise foi a de que as estruturas paroquiais não atingiam o povo, pois o trabalho de evangelização realizado pelos vigários não respondia às novas expectativas e exigências pastorais. Era preciso ir ao encontro das necessidades do povo de Deus (CABRAL, 2008, p. 227).

Diante dessa análise, apresentou um projeto, cujos pontos, apresentados a seguir, foram sintetizados por Cabral (2008), tendo o autor ressalvado que aquela discussão não foi uma questão pacífica no ITER, nem para parte dos bispos do Regional:

Formação de seminaristas e religiosos; existência de um programa de formação à distância para seminaristas que os bispos quisessem formar nas próprias dioceses; um acompanhamento similar para leigos efetuado por equipes volantes, tanto para ministros destinados a ambientes tradicionais, quanto para evangelizadores de comunidades não tradicionais; formação para missionários; preparação de técnicos em apostolado (CABRAL, 2008, p. 228).

Padre Humberto ficou na direção do ITER entre 1970 e 1976. Deixou-a em função de conflitos que se interpuseram nos dois últimos anos de sua gestão. Naquele período criou-se um clima de insatisfações, expresso em comunicados que, simplificando, eram acusações à direção, nas quais se afirmava que o programa e os professores não promoviam o ensino de Teologia, que ensinavam apenas Sociologia, Marxismo e uma Teologia Pastoral; que não valorizavam a Teologia Dogmática e a formação acadêmica e que a direção agia de forma não democrática. Aquele grupo discordante era uma minoria ativa. A situação era reflexo das tensões entre dois modelos eclesiológicos: pastoralistas *versus* dogmáticos.

Era nítida a existência de duas correntes de professores. Uma liderada pelos padres Diomar Lopes e Nércio Rodrigues, era minoritária, reagia à Teologia da Libertação e estava preocupada com a questão dogmática. A outra, majoritária, tinha como expoentes professores como Eduardo Hoornaert, Ernanne Pinheiro, Humberto Plummen, Ivone Gebara, Marcelo Augusto, René Guerre e Sebastião Armando, aceitava grande parte dos postulados da Teologia da Libertação e tinha a questão pastoral como preocupação maior (CABRAL, 2008, p. 247).

O descontentamento representava a emergência de uma situação latente há algum tempo; ele traduzia insatisfações de bispos de várias dioceses do Regional da CNBB que não conseguiam se levantar contra a força das argumentações e da hegemonia exercida por Dom Helder e Dom José Maria Pires (PB), principalmente, quanto à linha pastoralista do projeto do Instituto, que era gerido pela direção. Naquele momento vinham à tona, através da opinião de dois professores e de pequeno grupo de alunos, discordâncias quanto à metodologia e ao programa de disciplinas do ITER.

Foram anos divisores, pós-Concílio Vaticano II e Conferência Episcopal de Medellín. Em 1976 se insinuava o movimento da “volta à grande disciplina”, na expressão de Libânio (1984), avizinando os tempos difíceis do papado de João Paulo II que repercutiram na Igreja do Nordeste. Antes de Humberto Plummen houve dois diretores no ITER: Marcelo Carvalheira e Zildo Rocha, em 1968 e 1969, respectivamente. O Pe. Humberto os sucedeu e, como vimos, ficou na direção entre 1970 e 1976. Instalada a crise, assumiu o cargo um sacerdote da Arquidiocese, o Pe. Arnaldo Cabral, entre 1977 a 1980, que teve Sebastião Armando G. Soares como coordenador de estudos. Contornado o conflito, em 1980 o Pe. Ernanne Pinheiro tornou-se diretor e permaneceu até 1985; foi sucedido pelo Pe. Claudio Sartori, ocupante da direção até o fechamento do ITER.

Essa digressão sobre a linha sucessória na direção do ITER é importante para chamar a atenção sobre o quanto aquele espaço era relevante para o projeto pastoral de reforma da Igreja Católica. O Instituto de Teologia do Recife foi capaz de lidar com os conflitos entre as linhas dogmática e pastoral, apesar do tom acusatório disseminado contra a opção teológico-pastoral nele originada, como sinalizamos, através de proposta alinhavada por René Guerre e José Comblin. Na proposta fomentava-se um movimento eclesial de compromisso político com os pobres, de transformação do mundo, tendo por missão formar comunidades de base como consequência da opção evangélica pelos pobres, definida pela Igreja Católica latino-americana. Era o movimento do Cristianismo da Libertação.

Nos anos 1980 a linha teológico-pastoral se confundia com o ensino da nascente Teologia da Libertação, quando os conflitos institucionais ganharam um contorno de embates entre a Cúria Romana e a Igreja Católica no Brasil, em grande medida. Com o Sínodo dos Bispos, ocorrido em Roma sob o papado de João Paulo II, a descentralização, autonomia e reconhecimento das opções contextuais da ação pastoral das dioceses e das Conferências Nacionais dos Bispos, foram fortemente cerceadas (BEOZZO, 1994).

A isso seguiu-se a censura à produção teológica, especificamente à teologia da libertação latino-americana; também foi realizado um enquadramento disciplinar e dogmático dos Institutos de Teologia, que experimentavam novas modalidades de

formação, não tridentinas. Na época, foram fortalecidos movimentos leigos neopentecostais católicos ultraconservadores, como movimentos papistas que, aos poucos, conquistaram estatuto de organizações de direito pontifício, o que lhes possibilitou terem estruturas de formação e pastoral autônomas em relação à estrutura das dioceses ou Conferência do Bispos e seus planos pastorais (COMBLIN, 2012; FAGGIOLI, 2011).

Em meio à atividade de professor do ITER, o Padre Humberto guardava tempo para assessorar organizações sociais e pastorais. Chamou nossa atenção o registro de uma colaboração dele, constante em publicação comemorativa dos 35 anos de existência do CTC – Centro de Trabalho e Cultura⁴:

Graças a chegada de monitores que tinham uma opção política bem definida é que se começa a discutir e estudar a questão da política de educação profissional. Eram militantes impedidos de atuar por conta da grande repressão realizada pela ditadura militar, pretendiam fazer trabalho de educação política através de um trabalho de educação profissional [...]. Guarda-se desta época a boa lembrança da cooperação do Padre Humberto no estudo de questões teóricas e políticas discutidas naqueles momentos (SALES, 2002, p. 24).

Este registro lembra o envolvimento de Humberto Plummen em assessorias às oposições sindicais que se constituíram. O objetivo era retomar as direções para colocá-las a serviço da organização e em defesa dos direitos dos trabalhadores⁵.

Prestava assessorias também em processos de formação de assessores de base, da Pastoral Rural e depois da CPT, no âmbito regional da CNBB NE2. Com a crise eclesial pós-1985, se envolveu na articulação e assessoria às CEBs e pastorais, na época denominadas de “Igreja na Base”. Mais tarde, na década de 1990, continuou a assessoria às pastorais vinculadas aos trabalhadores do campo e da cidade, quando foi também assessor, no Regional, do Setor do Mundo do Trabalho que, em meados

⁴ Esta organização nasceu de iniciativa conjunta do MEB e da JOC; foi iniciada em 1964 e institucionalizada em 1966, e teve, entre seus sócios fundadores Dom José Lamartine e Pe. Moisés Lindoso Bernardino. Localizou-se em prédio da Companhia da Caridade, onde está até hoje – o mesmo prédio onde funcionou o ITER durante muitos anos. O CTC experimentou diferentes formatos organizacionais.

⁵ No CTC se reunia a oposição dos trabalhadores metalúrgicos, a chapa Zé Ferrugem, integrada por dois militantes oriundos da JOC e ACO, Henrique Cossart e João Paulo; o primeiro, era padre operário e o segundo foi, posteriormente, Prefeito do Recife, pelo Partido dos Trabalhadores. Como veremos, o Pe. Humberto fez pesquisa com trabalhadores da ACO e foi assessor da CPO (Comissão da Pastoral Operária), o que explicava seu envolvimento naquelas assessorias (GERARD, COSSART, 2013).

daquela década, foi transformado no Setor das Pastorais Sociais. Na mesma década foi também Vice-presidente do CPP/Nordeste (Conselho Pastoral dos Pescadores), ao qual prestou assessoria em seminários e assembleias.

Retomando às reflexões sobre a sua presença em espaço eclesial mais institucionalizado, quando deixou a direção do ITER o Pe. Humberto participou do grupo de professores que criaram o DEPA (Departamento de Assessoria e Pesquisa), vinculado ao CENEPAL – Conselho Nordestino de Pastoral/CNBB NE2. Criado em 1977, o Departamento encerrou suas atividades em 1990, sobrevivendo alguns anos à crise eclesial instalada com a substituição de Dom Helder na AOR.

É muito importante conhecer o parecer de Dom Helder, quando foi apresentado o Projeto do DEPA⁶ em reunião na qual o Arcebispo esteve presente. Esse registro foi compartilhado por Sebastião Armando G. Soares.

Uma vez, em Campina Grande, durante reunião dos bispos do Nordeste, nossa equipe do Departamento de Pesquisa e Assessoria – DEPA foi convidada a descrever e explicar a metodologia de formação teológica que usávamos. Seguíamos o método que, quem sabe, podia ser designado de ‘estudo dirigido’, em linha ‘construtivista’, tendo como ponto de partida a realidade da vida do povo nas várias dimensões (econômica, social, política e cultural-religiosa) e o engajamento pastoral, social e político dos(as) estudantes que eram agentes de pastoral, leigos e seminaristas. O Dom tinha sido nosso patrono, estimulava o trabalho de formação teológica “não acadêmica” e providenciara os fundos para garantir os salários do ano inicial. Tendo estado na reunião e ouvido a exposição, cada vez que nos encontrava pelos corredores, nos abraçava. Numa delas se explicou: “Não sei o que estão pensando desse meu gesto repetido, ainda não estou caducando, não, é que estou muito feliz. Vocês não estão apenas ensinando Teologia com ideias que mais tarde poderão envelhecer e daqui a alguns anos estar superadas. Vocês, na verdade,

⁶ A proposta de criação do DEPA nasceu de demandas de bispos que buscavam responder a necessidade de formação de seminaristas com uma modalidade de estudo que não os afastasse do meio sociocultural onde viviam e atuavam pastoralmente. Cabral (2008, p. 297-299) referiu-se a três situações: um seminarista da Diocese de Crateús que era camponês, outro do Recife que atuava com operários dos grupos da ACO e um de João Pessoa que era de bairro popular e trabalhava com comunidades nas periferias. Inicialmente Humberto Plummen fez viagens a Crateús para fazer acompanhamento aos estudos de Eliésio dos Santos; assim como era, à época, integrante da equipe nacional da Comissão Pastoral Operária, em contato com a ACO, acompanhou em Recife o seminarista Ramos. Desses acompanhamentos individuais iniciais, avançou-se para uma proposta mais ampla, na forma de um Projeto, que foi apresentado à CNBB NE2. Esse processo lembrava a experiência chamada “Teologia da Enxada”, ocorrida uma década antes. (MUGGLER, 2012).

estão ajudando esse pessoal a aprender a pensar e estudar a vida inteira” (SOARES, 2012, p. 10).

Os assessores integrantes da equipe que constituiu o DEPA eram também docentes no ITER, todos membros do grupo de pastoralistas. Inicialmente se reuniram Eduardo Hoornaert – logo depois do início das atividades do Projeto, ele deixou o exercício do ministério sacerdotal e mudou-se para Fortaleza – Ivone Gebara, Humberto Plummen, Sebastião Armando e Marcelo Augusto Veloso; depois somaram-se ao grupo, Luiz Carlos Araújo, em 1979 e, já no final da atuação do Departamento, Roberto Vander Ploeg. Na formação via DEPA, por causa da metodologia adotada, na fase inicial a ênfase era dada à Sociologia e ao uso de instrumentos de pesquisas para aprimorar a capacidade de observação, registros e análises da realidade. Trataremos desse aspecto mais à frente.

Na prática pedagógica de Humberto Plummen, o educador e o sociólogo, estavam sempre imbricados em uma metodologia de formação teológica, política e pastoral. Um exemplo disso era a formação ministrada através do DEPA, pela ênfase na Sociologia e seus instrumentos metodológicos, como discutiremos em seguida.

Assim como no DEPA, na formação de religiosos/as efetivada através de cursos intercongregacionais da CRB Regional, o Pe. Humberto era também formador. Como religioso redentorista contribuía com reflexões sobre a opção e os desafios da forma de vida das comunidades religiosas inseridas no meio popular, cuja adesão majoritária foi, e ainda é, das congregações femininas. No espaço da CRB colaborava também na assessoria, subsidiando as discussões nas assembleias através da realização e apresentação dos resultados de pesquisas para orientar os planejamentos e opções pastorais do Regional local da CRB (PINTO, 2002; CONVERGÊNCIA, 1984).

Ressaltamos, também, o registro de outras contribuições de Humberto Plummen às ações da CRB Regional, enquanto religioso redentorista que assumiu mandatos na CRB ou como superior da Vice-província, o que lhe possibilitou estender a experiência de formação para o interior da Congregação e ir morar em um bairro de periferia onde era pároco, deixar a Casa Central e assumir o modo de vida das Pequenas Comunidades Inseridas – PCIs.

Ao impulso da Conferência de Puebla, as PCIs de todo o país passaram a organizar-se e articular-se, notadamente as da grande região Nordeste, que tinham assessoria de religiosos sacerdotes, como René Guerre e o redentorista Humberto Plummen, além de outros Irmãos e Irmãs de ordens e congregações, como Clodovis Boff e Ivone Gebara (DOMEZI, 2016, p. 99).

Com aquela atitude, o Pe. Humberto fortaleceu, no Nordeste, o movimento das comunidades religiosas inseridas, o que repercutia no âmbito nacional, conforme já citado.

Com o encerramento das atividades do DEPA, no ano de 1990, Humberto integrou o grupo que fundou o CENAP (Centro Nordestino de Animação Popular). O grupo de professores-assessores do DEPA, à exceção única de Sebastião Armando – esteve no grupo fundador do CENDHEC (Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social) – e integrou a equipe de educadores do CENAP. Humberto exerceu liderança também no CENAP, com itinerância em serviços de assessoria o que era facilitado pela sua constante disponibilidade e pelo reconhecimento de suas competências. Junto com a equipe do CENAP mantinha-se articulado com amplas redes de grupos e instituições eclesiais, e de movimentos sociais. Por mérito dessa capacidade individual e coletiva, a entidade associou à sua programação de atividades formativas, o Curso de Inverno, em parceria com o CESEEP (Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular).

O CESEEP é uma organização sediada em São Paulo. Vinculada, em sua origem, à Arquidiocese de São Paulo, foi idealizada por Dom Paulo Evaristo Arns e coordenada, desde a criação, pelo Pe. José Oscar Beozzo. O Centro Ecumênico tem como principal e mais conhecida atividade, o Curso de Verão, que é um curso de teologia da libertação popular, destinado a militantes das igrejas cristãs, CEB's e pastorais sociais.

O CENAP, em sintonia com o espírito ecumênico do CESEEP e com o seu apoio, realizou uma versão do curso de verão, no Nordeste, o Curso de Inverno, entre os anos de 1990 e 1993. Teve autonomia para formatar o curso a partir da tradição teológica e cultural regional, articulando parcerias e rede de assessores das igrejas protestantes, pastorais católicas e de CEB's – especialistas em Ciências Sociais, Bíblia, Teologia, Artes, Educação e Cultura Popular. Os assessores e temas foram

articulados a partir de uma metodologia vivencial, celebrativa, tecida por exposições e debates de conteúdo; os cursistas eram distribuídos em várias oficinas nas quais intercambiavam reflexões e vivências através de plenárias e celebrações diárias. O Pe. Humberto esteve envolvido durante os quatro anos em que o Curso de Inverno foi realizado. Foi imensa a sua capacidade articuladora e operativa para manter em funcionamento – em regime de internato e durante dez dias – um contingente que variou entre 220 e 300 participantes.

O Curso de Inverno ocorreu sob os impactos das derrotas do chamado Socialismo Real e da Revolução Nicaraguense, com seu simbolismo para o Cristianismo da Libertação e por causa da participação dos cristãos no processo revolucionário. Aquilo tudo, acrescido da ressaca da crise eclesial, teve forte impacto na subjetividade militante, bem como para os parâmetros que regiam as teorias econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e teológicas usadas para fazer análises da realidade visando a uma interpretação histórico-crítica do vivido naquele período. O Pe. Humberto não se furtou a isso que foi uma característica do CENAP, materializada na opção metodológica adotada nos Cursos de Inverno. Foi um momento de avaliação teórica e metodológica da ação política e pastoral, das categorias de análise, dos projetos de sociedade, um tempo de abertura a novas perspectivas epistemológicas no campo das Ciências Humanas e Sociais, e não só.

4 O SOCIÓLOGO (EDUCADOR): A PESQUISA

Na prática pedagógica de Humberto Plummen, o educador e o sociólogo estiveram sempre imbricados. Como já citamos, um exemplo disso foi o DEPA, no qual ele atuou a partir dos instrumentos das Ciências Sociais, o que marcou o seu esforço para articular o uso do instrumental da Sociologia e da análise política à formação teológico-pastoral. Por exemplo, no primeiro ano, a formação iniciava com monografias sócio-políticas, culturais e religiosas elaboradas pelos alunos. Era a fase em que eram utilizados roteiros socioantropológicos e anotações em cadernos de campo, para elaboração dos artigos temáticos, bíblicos e teológicos, através da permanente observação e registro do cotidiano das comunidades onde os grupos de estudantes viviam. Evidenciando o lugar da Sociologia e de Humberto Plummen no desenvolvimento da formação via DEPA, Cabral registrou:

Buscou-se alicerçar todos os estudos na realidade, nos problemas que as pessoas vivenciavam no cotidiano de seus ambientes. Por isso, tudo partia do conhecimento do ambiente no qual estava inserido e onde se objetivava continuar atuando. Anotações deviam ser feitas todo o tempo, pesquisas informais também eram realizadas com um número o mais abrangente possível de pessoas das comunidades, sempre ensejando a preparação de sínteses a serem posteriormente confrontadas com elaborações sistematizadas existentes em uma bibliografia escolhida que, só aí, entrava em cena para subsidiar a leitura pastoral dos dados que iam sendo coletados. Sendo o conhecimento da realidade de seu local a primeira preocupação que devia ter cada formando, a primeira grande tarefa, conseqüentemente, tornou-se a elaboração de uma monografia na qual constassem dados detalhados, acompanhados de alguma análise, sobre aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos. Devido à sua formação em Sociologia, cabia ao Pe. Humberto Plummen uma responsabilidade maior para com essa fase, sem que tal tarefa implicasse a ausência dos outros assessores; todos liam, analisavam e criticavam os trabalhos. Houve formandos que passaram aproximadamente dois anos elaborando sua monografia, de forma a, em sua finalização, estarem incorporadas satisfatoriamente todas as sugestões apresentadas pela equipe de assessores (CABRAL, 2008, p. 300-301).

Ivone Gebara⁷ fez uma boa descrição das origens e desenvolvimento da metodologia adotada, sobre a dinâmica de funcionamento da equipe e acerca da dimensão interdisciplinar no acompanhamento aos grupos de estudantes.

Àquela época, tínhamos certeza de que os diferentes grupos de comunidades de base, movimentos paroquiais e outros deveriam receber uma formação adequada ao nosso tempo que pudesse ajudá-los a se liberar dos conceitos religiosos e interpretações que não privilegiassem a luta pela justiça social. A libertação desejada deveria atingir a vida como um todo, bem como o conteúdo das teologias populares. Inspirávamo-nos nas iniciativas do Instituto Cardijn, da Bélgica, graças às publicações e depoimentos que recebíamos [...]. Nossos alunos eram laicos, religiosos e religiosos, futuros padres. O aspecto ecumênico estava presente, mesmo que não fossem muitos os alunos de outras igrejas cristãs. Em cada grupo de estudo havia de dois a cinco estudantes que conhecíamos pessoalmente graças à nossa dinâmica de trabalho e uma pequena autobiografia escrita; eles se tornavam aptos a desenvolver conosco nosso método como um todo, em diferentes etapas. Primeiramente vinha o estudo da Sociologia regional e geral, o meio em que viviam, a cultura, as relações de trabalho, em suma, a situação concreta das pessoas. A seguir, era o estudo da Bíblia e, finalmente, a Teologia. As questões teológicas deveriam emergir dos grupos de estudantes a partir dos contatos com as comunidades cristãs a que pertenciam. Essas

⁷ Em narrativa autobiográfica, em páginas seguintes a autora apresentou uma autoavaliação crítica sobre o lugar da Teologia e os limites na aceitação de novas abordagens, o que impulsionou suas buscas e a encaminhou para uma teologia feminista.

questões eram prioritariamente trabalhadas, mesmo que depois introduzíssemos outras que a equipe julgasse importantes. Cada um de nós trabalhava todos os temas e também ficava incumbido em orientar o ramo ligado à sua especialidade. Eu tinha a incumbência da Teologia, terceira e última parte dos estudos. Resolvi estudar um pouco de Sociologia e aprofundar meus estudos bíblicos, para dar conta das exigências de orientação interdisciplinar que desde o início havíamos escolhido. Reservávamos uma tarde por semana para nos prepararmos com os diferentes grupos. Eram momentos de encontro e estudo muito ricos. Nosso sociólogo, Humberto Plummen, fazia, a cada vez, uma pequena análise da conjuntura local e internacional nos níveis social, político e eclesial; era comum acrescentarmos outros elementos e fazermos perguntas. Era nosso coordenador e a pessoa de referência para todo o grupo (GEBARA, 2005, p. 71-72).

A teóloga Ivone Gebara fez uma descrição sumária das origens e desenvolvimento da metodologia adotada e do lugar de liderança exercido por Humberto Plummen que também contribuiu com pesquisas realizadas sobre as CEB's no Regional, cujos relatórios não conseguimos ter acesso. É possível que muitas outras tenham sido realizadas com sua assessoria, ainda que não as estejamos registrando neste artigo.

Observamos o relatório final de pesquisa realizada em conjunto com trabalhadores da ACO (Ação Católica Operária), sobre salário e custo de vida nos anos de 1975 e 1976, incluído em uma coletânea sobre pesquisa participante (BRANDÃO, 1982, p. 86-129). Assim foi apresentado o resultado da pesquisa:

Como foi prometido, estamos hoje devolvendo a pesquisa sobre salário e custo de vida a todos os companheiros trabalhadores. Os dados são exatos e a interpretação é séria. Fomos ajudados, especialmente nessa parte, pelo sociólogo amigo Pe. Humberto Plummen, a quem agradecemos de coração (PLUMMEN/ACO, 1982, p. 86).

A pesquisa foi realizada em dois bairros periféricos na Região Metropolitana de Recife, tendo por pesquisadores os próprios trabalhadores que, indo de casa em casa, preenchiam questionários enquanto faziam longas entrevistas e observações. A falta de costumes em lidar com questionários implicava dificuldades, embora o ambiente de conversa entre operários – nas condições de entrevistador e entrevistado – gerasse um clima de boa comunicação. Após o preenchimento dos questionários, outro grupo de trabalhadores da ACO, com a ajuda de colaboradores militantes e orientados pelo Pe. Humberto, classificou as informações. Na discussão dos dados, para a análise, tomou-se consciência do significado de uma amostra como forma de

se conhecer, por características afins, traços aproximados da realidade dos bairros das periferias e da situação de vida dos trabalhadores.

A classificação dos dados apresentou uma fotografia da conjuntura econômica vivida no país e na cidade. Era um exercício de construção do conhecimento da realidade para pensar nas formas de mobilizações para a transformação do mundo. A pesquisa era focada nos problemas que, naquele momento, afligiam os trabalhadores, nas relações entre salário e custo de vida – que são variáveis para lidar com as condições do mundo do trabalho – e na situação de (des)emprego existente na cidade. Daquilo tudo emergiam os temas para reflexão⁸.

Ao processamento narrado, seguiram-se debates para precisar o entendimento dos dados revelados nas entrevistas realizadas, confrontando-os com a vida dos operários entrevistadores, igualmente moradores daqueles bairros e que compartilhavam situações de vida semelhantes. Outra etapa consistia em buscar compreender os mecanismos de funcionamento estrutural e de conflitos de classe que condicionavam a realidade social e política, a partir de questões levantadas.

Vamos procurar ver como é que essas coisas todas se combinam na organização da sociedade. Queremos saber se isso tudo simplesmente acontece, não poderia ser de outro modo, ou se essa situação nasceu da vontade de alguém. Já dissemos que uma melhora de vida, conseguir um maior bem-estar e segurança, não depende só do esforço individual de cada um, mas que tem limites que a organização da sociedade permite ou não para os trabalhadores [...], depende do jeito como a sociedade organiza o seu modo de produzir e distribuir riquezas, [...] os dados [...] só podem ser bem entendidos dentro do funcionamento meio complicado da organização social e econômica do Brasil. [...] Depende de indivíduos organizados em classe, a classe dos ricos proprietários, que possui o dinheiro e os meios de produção, a terra, as fábricas, máquinas, prédios; a classe dos trabalhadores que não possui nada a não ser a inteligência e sua força para trabalhar; a classe média que serve de vários modos ao funcionamento dessa organização. Pode parecer que a sociedade é uma desordem, confusão, mas vamos ver como essa aparência de desordem esconde uma estrutura bem organizada, quer dizer, um SISTEMA (PLUMMEN/ACO, 1982, p. 120).

⁸ Mais do que apresentar a análise, neste artigo discutimos traços rápidos do uso da pesquisa participante em uma ação política e pastoral de educação e organização popular.

Também existem registros em um livro da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP, 2003), intitulado “EQUIP: uma experiência de educação popular no Nordeste”. Na publicação consta o nome de Humberto Plummén como responsável pela pesquisa e redação, junto com Aída Bezerra. É um relatório de avaliação da ação educativa daquela entidade, cujo resultado teve como dados de base uma pesquisa qualitativa, na qual foram realizadas entrevistas com educadores/as populares em todo o Nordeste. A pesquisa apontou as opções do referencial teórico escolhido para a avaliação e as chaves de leitura adotadas para análise e recomendações. Vejamos alguns aspectos dessa opção.

Então, olhando de uma determinada perspectiva histórica, nós, os sujeitos sociais, decidimos que não estamos mais dispostos a ser reconhecidos como moldados pela repressão disciplinante e assumimos a postura de nos construir enquanto sujeitos de criação de expressão e escolhas, pelas quais respondemos. O uso dessa liberdade responsável ainda é uma insurgência em relação aos padrões repressivos que vivenciamos atualmente em termos políticos e econômicos. Escolhemos, portanto, o caminho da mudança; e essa mudança se faz hoje. Hoje, as dimensões de espaço e tempo nos obrigam a agir considerando o futuro e o passado, revelados no justo momento vivido. O passado aí está, manifestado na história presente, na cultura que plantou, e o futuro é agora. Não estamos somente preparando um futuro para outros, desligado do passado, estamos tentando viver o que deve/precisa ser vivido [...]. O princípio ético-político que rege, hoje, o pluralismo e a diversificação na sociedade contemporânea é o da tolerância. Tolerância não como passividade ou indiferença, mas no sentido todo especial de negociação. Negociar propostas em condições razoáveis de confrontação de poder, construir alianças, desenvolver alternativas de consenso, são conquistas. Conseguir uma modalidade de ação guiada pelo cálculo razoável e realista de si mesmo e do outro não deixa de ser um caminho em direção à justiça social e à cidadania; uma maneira de administrar os conflitos e buscar uma sociedade solidária e inclusiva [...], O Estado é ‘amigo’ quando oferece brechas e oportunidades para a nossa intervenção ou serve à implementação de nossas ações e projetos. Ou o Estado é ‘adversário’ quando nos defrontamos na desigualdade de forças e interesses. Portanto, ‘amigo’ ou ‘adversário’ está na dependência de interesse em jogo e da ética política e cultural que rege essas relações (PLUMMEN, BEZERRA, 2003, p. 153; 164-165)

Na pesquisa supracitada Humberto Plummén teve a oportunidade de contatar um amplo leque de movimentos populares participantes da programação formativa realizada pela EQUIP. O esforço de coleta de informações possibilitou-lhe tecer uma reflexão avaliativa não somente da atuação educativa da EQUIP, mas do momento histórico vivido pelos movimentos populares no Nordeste. Portanto, a avaliação, as

reflexões e a indicação de desafios não se voltaram apenas para a Educação Popular, pois também eram discutidos os tipos de organização, mobilizações e intervenções políticas dos movimentos naquela conjuntura do início dos anos 2000. O que incidiu, como vimos nos trechos citados acima, na necessidade de repensar e dialogar com novos paradigmas e perspectivas epistemológicas das Ciências Sociais e da Educação, bem presentes no espírito da época.

5 AS REFLEXÕES POLÍTICAS E TEOLÓGICO-PASTORAIS DE HUMBERTO PLUMMEN

As análises de Humberto Plummén sempre buscavam resgatar o processo histórico dos acontecimentos e a realidade vivida, para compreender o momento presente, identificar desafios para planejar as ações pastorais e as intervenções políticas, tendo em vista a transformação da sociedade. Uma metodologia vinculada à perspectiva dos paradigmas da chamada “Igreja dos Pobres”, a que nos referimos antes, que as influenciou e também foi por elas influenciada. Como sociólogo e educador, transitou entre várias iniciativas pastorais, fomentou outras tantas e com elas colaborou, sem criar grupo de seguidores. Isso possibilitou que, nessa itinerância, no convívio com intelectuais da Igreja Católica e de fora dela, vinculados a diferentes correntes de pensamento no campo do ideário da “Igreja dos Pobres”, Humberto Plummén potencializasse, ao tratar os conteúdos, sua destacada capacidade pedagógica. Isso foi, de alguma forma, expresso nos seus artigos.

A seguir apresentamos alguns dos artigos publicados por Humberto Plummén. Esta seleção, cremos, ilustra traços significativos da sua contribuição intelectual. Ela nos pareceu representativa da variedade de suas intervenções, bem como da sua sintonia e esforço de interpretação dos diferentes momentos históricos, constantemente observando e articulando a realidade aos desafios pastorais.

A apresentação destes textos, numa sequência cronológica de publicação, possibilitou-nos acessar suas intervenções teóricas. São textos que caracterizam bem algumas áreas de intervenção e temáticas por ele priorizadas. Alguns textos citamos neste artigo e não voltaremos a discuti-los. Destacaremos as ideias que, a nosso ver,

revelam preocupações recorrentes em suas assessorias, e faremos alguns comentários.

Antes de comentar os artigos, escritos individualmente ou em parcerias, sugerimos a hipótese de que Plommen, ao participar da redação de documentos marcantes da “Igreja dos Pobres” na resistência à Ditadura Civil-Militar, denunciava publicamente a realidade de vida dos mais pobres, em específico no Nordeste.

Um desses momentos liga-se ao documento *O homem proibido*, divulgado em 1970, pela ACO que, movida pelo profetismo, exigia coragem na defesa dos trabalhadores e fazia denúncias públicas sobre a realidade vivida pelos operários (ACO, 1987). Sugerimos tal hipótese pelo fato de o Pe. Humberto ter realizado uma pesquisa participante com trabalhadores da ACO e ocupado a condição de assessor da Pastoral Operária no mesmo período. O texto foi fruto de uma pesquisa sobre a realidade dos trabalhadores e os resultados subsidiaram dois dias de debates, “em reunião de militantes realizada no Recife”. Na reunião foi decidida a publicação daquele documento que criticava a indignidade do tratamento dispensado aos trabalhadores pela sociedade, governos e patrões (CHAPARRO, 2006, p. 82).

Outro documento fora anteriormente divulgado pela ACO, em 1967: *Nordeste: desenvolvimento sem Justiça*. Estabelecemos elos entre aquelas iniciativas da ACO, pois elas, a nosso ver, ajudam a interpretar o momento então vivido pela Igreja Católica local, que buscava influenciar setores da mesma Igreja no país, a fim de que fossem implementadas ações gerais de resistência à Ditadura Civil-Militar.

Outro documento que corrobora a nossa suposição é o texto preliminar de estudos em preparação à Conferência Episcopal Latino-americana a ser realizada em Medellín (Colômbia), em 1968. É fato que a repercussão de tal texto foi marcada pela participação do Padre José Comblin, colega de Humberto no ITER, que foi expulso do Brasil, em 1972, após conflito gerado pela reação da TFP (Tradição Família e Propriedade) em aliança com a Ditadura Civil-Militar, em torno do teor do documento de consulta, redigido por solicitação de Dom Helder como contribuição dos professores do ITER (SOUZA, 2018). Este texto também é resultante de debates realizados entre os professores do ITER e/ou membros do grupo de assessores que Dom Hélder constituiu para preparar documentos que contribuíssem com a

concretização das grandes intuições do Concílio do Vaticano II (MUGGLER, 2012, p. 91). Diz a autora em narrativa sobre acontecimentos da época contidos na biografia de Comblin que escreveu:

O centro de reflexão estava ao redor de Dom Hélder, com um grupo de sacerdotes que o ajudavam na preparação das mensagens e dos discursos. Claro, até a sua expulsão, padre José Comblin teve um papel significativo dentro desse grupo, a ponto de alguns o considerarem a cabeça pensante. Figuras memoráveis também foram o padre René Guerre e o padre Humberto Plummen, que muito colaboraram para a vida eclesial do Nordeste no espírito conciliar (MUGGLER, 2012, p. 90).

Outro documento que registramos tem autoria coletiva, embora nele esteja identificada a participação do Pe. Humberto em relatos por ele redigidos sobre determinadas situações. Referimo-nos ao documento que, em 1973, foi assinado e divulgado por bispos, superiores de congregações e ordens religiosas: *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Em uma autobiografia Ernanne Pinheiro discorreu sobre o processo e as pessoas envolvidas na elaboração daquele documento, no Recife.

Fui acolhido em 1971 pela comunidade dos padres Redentoristas, no bairro da Madalena, onde moravam os padres Humberto, Gabriel e Adriano. Centralizamos aí muitas das reflexões eclesiais do período e montamos, na casa dos Redentoristas, a equipe de trabalho para o Documento dos Bispos do Nordeste, 'Eu ouvi os clamores do Meu Povo', a pedido de Dom Helder. Esse documento expressou o grito profético da Igreja do Nordeste no complexo período da ditadura militar. Contou com a colaboração de cinco assessores: Padre Marcelo Carvalheira, Subsecretário do Regional Nordeste II, o teólogo do grupo; Carlos Rocha, economista da SUDENE; Padre Humberto Plummen, sociólogo; Antônio Vieira, funcionário da Operação Esperança; e eu, pela Coordenação Pastoral (PINHEIRO, 2009, p. 106)

A redação do documento esteve inserida em um processo de articulação nordestina e nacional da "Igreja dos Pobres", para romper o cerco da repressão às organizações da sociedade e às pessoas da Igreja Católica que, então, participavam ativamente da luta democrática em resistência à Ditadura Civil-Militar e às situações de agravamento das desigualdades sociais e da miséria vivenciadas pela população. Desta iniciativa resultou a ideia de publicar três documentos: um sobre a situação das classes populares no Nordeste, outro sobre a situação camponesa no Centro-Oeste e ainda,

um sobre a questão operária. Para elaboração do documento sobre o Nordeste, reuniu-se um grupo do Recife e de Salvador.

O documento do Nordeste ficou sob a responsabilidade de um grupo no Recife, liderado pelo padre Humberto Plummen que tinha o apoio de Dom Hélder Câmara e de um grupo de Salvador formado pelos membros do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social –, do Mosteiro de São Bento e do Grupo Moisés. Depois desse trabalho concluído, começou a busca pelas dioceses do Nordeste para que os superiores e bispos assinassem o manifesto (ZACHARIADHES, 2016, p. 205-206).

Esse documento utiliza dados oficiais da SUDENE e do IBGE disponíveis naquele momento. Afirma que a fome na região é epidemiológica, bem como enfatiza que o subdesenvolvimento continua sendo uma característica marcante do Nordeste. Defende a propriedade social dos meios de produção e contém uma incisiva crítica a respeito da violação, pelos militares, aos Direitos Humanos. O texto *Eu ouvi os clamores do Meu Povo*, tem um forte teor de denúncia, ao enfrentar a opressão e a repressão perpetradas pelo regime militar:

A inviolabilidade do lar, o ‘habeas corpus’, o sigilo das correspondências, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária [...]. Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é exercida por atos de violência ainda maior [...] recorrendo à tortura e ao assassinato (EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO *apud* ZACHARIADHES, 2016, p. 207).

Apresentamos, em seguida, uma discussão sobre o conteúdo de artigo publicado na *Revista Perspectivas Teológico-Pastorais*, editada pelo ITER. É importante chamar a atenção para um detalhe que ilustra algo supracitado, quando constatamos que o Pe. Humberto, diretor e professor do ITER por tantos anos, publicou poucos artigos, inclusive nessa revista que era a do Instituto. Escolhemos este texto porque ele expõe um dos temas recorrentes nas abordagens que Plummen era convidado a realizar, na maioria das vezes sob a forma de análises de conjuntura, mas que ele inseria numa discussão mais ampla sobre as relações entre fé e política, as estruturas políticas, as formações econômica e social brasileiras. Intitulado *As relações entre as instituições religiosas e os partidos políticos*, o texto foi publicado em 1982.

No artigo, Humberto Plummén tratou de um tema relevante para a atuação social cristã daquele período, ainda presente na atualidade: as relações entre a Igreja e as instituições políticas, mais precisamente, entre a Igreja e os partidos políticos. É recorrente a discussão entre os cristãos que participam da militância política, tendo em vista certa tendência que alçou a Ação Católica, inicialmente na Itália, com a associação dos cristãos ao partido da democracia cristã, fomentada pela mentalidade de neocristandade, presente no pontificado de Leão XIII, no final do século XIX, exacerbada pelo papa Pio XII, nos anos de 1950. No preâmbulo do artigo, encontramos a seguinte observação.

Parece-me útil situar nosso assunto num contexto mais amplo, isto é, no contexto histórico das relações entre a Igreja e o Estado. Tratando-se do relacionamento entre dois tipos de instituições, ambas históricas e, portanto, contingentes, não serão princípios abstratos e genéricos que nos informarão sobre as relações reais entre as duas instituições, mas será muito mais pela prática (PLUMMEN, 1982, p. 54).

Em um primeiro momento essa corrente disputava com a Modernidade, com o Liberalismo e com o Comunismo, por meio de uma doutrina social, a base e a liderança da classe operária. A disputa do poder político não ocorria imediatamente pela associação com e legitimação das classes dirigentes, mas através da crítica ao controle da economia por uma elite laica secular, à política liberal democrática ou ao socialismo, e pelo fomento da ação social e do direito ao trabalho. Toda essa perspectiva de resistência à Modernidade reforçava e fomentava uma concepção de cristianização da sociedade, um projeto de neocristandade, de criação de um partido cristão inspirado na política do papado de Pio XII. Para fazer crescer as influências cristãs no mundo, evangelizando as elites para que fossem católicas e subordinadas aos interesses da Cúria Romana, articulando alianças com os Estados quando possível. O lema era Igreja Sociedade Perfeita.

Humberto Plummén, no artigo, não analisou os caminhos que a Ação Católica especializada assumiu no Brasil, rompendo com essa perspectiva de neocristandade, em uma linha de democracia e ação popular, alinhada à esquerda em torno do valor da justiça social (BRIGHENTI, 2007; ANDRADE, 2012a). Resgatando a abertura apontada pelo Concílio Vaticano II e nas encíclicas *Gaudium et Spes* e *Octogesima Adveniens* que, em uma perspectiva democrática de Igreja Povo de Deus, orientou no

sentido de que cabe às comunidades cristãs, em cada região, praticar o discernimento para descobrir o melhor modo de agir e as melhores soluções para cada lugar, considerando as opções que estejam em sintonia com as exigências da justiça social. Nessa visão, as opções políticas concretas não são individuais, como no sistema liberal, mas, sim, opções de comunidades.

Finalmente, recorrendo à Conferência de Puebla, o autor indicou alguns critérios a serem observados no âmbito das relações entre a igreja e a política, da participação dos cristãos na política. A proposta é exercer uma política libertadora para a transformação da realidade social, decididamente anticapitalista e que busque um projeto alternativo e exequível de sociedade. Deve ser uma política de opção pelas classes oprimidas, na qual elas mesmas sejam agentes da própria libertação. E nessa perspectiva devem ser julgados os projetos históricos, os programas políticos, as alianças, questionando-se como e de que forma esses projetos, programas e alianças poderão beneficiar os empobrecidos. Para Plummén, a política entre os cristãos deve ser discutida comunitariamente, pois o caminho não é cada um fazer sua escolha individual, ou todos votarem em tal partido ou candidato, uma vez que assim se reproduziria uma neocristandade popular. Ao mesmo tempo, a fé por si só não deve indicar o partido ou o candidato, tampouco pode permitir quaisquer partidos e candidatos. Ao contrário, é preciso analisar e estudar cada conjuntura concreta. E que nas estratégias políticas sejam preferidos os meios da razão e do direito e não os da força e da violência. Enfim, para ele, as relações entre igreja e o Estado “não são uma mera questão de princípios ou problemas puramente abstratos, mas trata-se de um assunto profundamente histórico baseado nos desafios dos tempos e dos lugares, o que vem confirmar a dimensão histórica da fé cristã” (PLUMMEN, 1982, p. 56-57).

Encontramos outro artigo em coletânea publicada pela Editora Vozes, em 1997, com o título *A pastoral entre Puebla e Santo Domingo I: tensões e mudanças na década dos anos 80*, na qual Humberto Plummén escreveu o texto *A caminhada da Igreja no Nordeste na década de 80*. Vejamos, de forma condensada, a acuidade de sua análise. Iniciou o artigo com uma descrição da realidade do Nordeste, o que caracterizava sua forma de exercitar o método ver-julgar-agir. Na primeira parte observamos sua escrita concisa acerca do desenho organizacional e da estrutura

eclesial experimentada pela “Igreja dos Pobres” no Regional da CNBB NE 2. Sinalizou como o projeto da “Igreja dos Pobres” era vivido como um modelo eclesial.

A Igreja do Nordeste [...] enfrentou com coragem os desafios socioculturais após o Concílio Vaticano II. Ela foi durante muito tempo vista como uma das mais comprometidas com a causa dos pobres e com as grandes orientações da “Teologia da Libertação”. Assumiu na década de 70 a “opção evangélica pelos pobres” em favor da justiça e se abriu à participação do Povo de Deus a partir do binômio comunhão-participação: comunhão e participação na vida interna da igreja e em sua interação com a realidade [...]. Os leigos(as) conquistaram espaços na organização pastoral. A Igreja-instituição entrou num processo de despojamento do poder, cada vez mais exercido com os pobres e entre os pobres [...]. Estimulou-se, no meio dos pobres, a formação de equipes e comissões diocesanas das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e de pastorais específicas. Floresceram, no campo, a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), o Movimento de Evangelização Rural (MER), a Pastoral Rural, transformada depois em Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e, no meio urbano, a Comissão Pastoral Operária (CPO), a Ação Católica Operária, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), o Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC), os Centros de Defesa dos Direitos Humanos (CDDHs) e as Comissões de Justiça e Paz (CJP). Assembleias diocesanas com maior número de agentes e animadores leigos(as) tornaram visíveis a tendência democratizante na vida interna da Igreja e sua disposição de socializar a tomada de decisões pastorais. O governo das Igrejas locais se exercia por meio de conselhos pastorais. Institucionalizaram-se centros de formação sócio teológicos de missionários(as), com preferência para leigos(as): Centro Missionário de Serra Redonda, PB; Departamento de Assessoria e Pesquisa (DEPA), em PE e CE; Instituto Superior de Catequese, em Pernambuco [...]. Acentuava-se entre os bispos o exercício da colegialidade e se promovia a corresponsabilidade de todo o Povo de Deus [...]. O modelo ‘inserção’, em suas múltiplas formas, foi uma das principais respostas, no campo da vida consagrada, ao desejo de reestruturação da instituição (PLUMMEN, 1997, p. 106-108).

Na segunda parte do artigo, faz uma análise da crise eclesial vivida na passagem de 1985 na Igreja Católica, em específico na Arquidiocese de Olinda e Recife e na CNBB NE 2.

A substituição de Dom Hélder Câmara na Arquidiocese de Olinda e Recife em 1985 significou e marcou a guinada para o conservadorismo na Igreja no Nordeste. Muitos pastores não souberam se posicionar diante do novo momento político após o fim da ditadura militar e entraram num processo de transição de uma pastoral profética para uma pastoral de cautela [...]. O resultado tem sido uma diluição da presença da igreja na vida da sociedade nordestina. Muitos leigos(as)

ficaram perplexos e confusos; outros indiferentes. Desligaram-se até da instituição. O modelo de Igreja que preconizavam e defendiam durante tanto tempo começou a ser desfeito e desativado nos fins da década de 80 (PLUMMEN, 1997, p. 110).

A impressão, ao final, foi a de que o projeto eclesial experienciado não teve o tempo necessário de vida para criar enraizamento. Não sobreviveu, como um novo projeto eclesiológico, quando da substituição de Dom Hélder. Mas, nele esteve contido um potencial criativo que, em sua gestão descentralizada, equidistante da burocratização eclesiástica herdada pela trajetória histórica da Arquidiocese, apesar de ela nunca ter sido progressista, tornou possível aquela experiência. Mesmo interrompida, a experiência transbordou para além do espaço eclesial, permanecendo viva no que chamamos de ecumenismo secular, apesar do desnorteamento provocado pelo trauma da crise eclesial.

Outro artigo localizado de Humberto Plummén, foi publicado em relatório do Curso de Verão de 2001, realizado em Fortaleza/CE, com o tema *Ética, cultura e Igrejas em tempo de globalização*. Sua assessoria no curso, depois transformada em artigo no relatório, foi sobre *Perspectivas de mudanças na igreja e nos movimentos sociais* (PLUMMEN, 2001). A reflexão abordada situou-se no contexto dos debates que começavam a ocorrer nos eventos Fóruns Sociais Mundiais, pois ele analisou desafios e impasses para a ação dos movimentos e pastorais sociais no contexto da globalização neoliberal.

Antes de tudo sinalizava a presença de três grandes tendências sócio-políticas e culturais no mundo contemporâneo: 1) a perspectiva da sociedade consumista neoliberal, que filantropiza a questão sócio-política com uma ação baseada na doação de cestas básicas e em políticas compensatórias, permeada por uma mentalidade imediatistas e pragmática, adaptativa à situação; 2) a perspectiva dos movimentos sociais populares de emancipação que buscava novas formas de relações sociais alicerçadas em comportamentos éticos de solidariedade e propiciava a criação de formas novas de democracia e de cidadania; 3) a perspectiva fundamentalista voltada para valores convencionais e tradicionalistas, fechada ao diálogo e que radicaliza posições extremadas. Ancorado na segunda perspectiva, Plummén ensaiou algumas análises sobre os movimentos sociais.

Entende os movimentos populares como forças sociais que atuam criticamente e contestam o sistema do qual demandam mudanças e transformações de caráter social e cultural. Para o Pe. Humberto, a década de 1980 foi marcada por grandes mobilizações e reivindicações. Todavia, esse quadro mudou na década de 1990, quando vários fatores de caráter econômico, político, cultural, ético e religioso entraram em cena. O sistema neoliberal reduziu sensivelmente o poder do Estado, abalado pela dinâmica de fluxos globais das redes de riqueza e poder transnacionais, o que diminuía a importância das grandes organizações sindicais.

Outros movimentos sociais, trazendo consigo diferentes maneiras de fazer política emergiram e introduziram formas novas de sociabilidade na década de 1990. Foram fortalecidos os movimentos feministas, étnicos, ecológicos, dos grupos homossexuais e de Direitos Humanos. Novas temáticas se incorporaram à agenda das organizações populares: cultura, subjetividade, tolerância, afetividade, ética, desenvolvimento sustentável, cidadania, políticas públicas. Dessa forma, ganharam destaque problematizações acerca da participação dos movimentos sociais em conselhos de gestão de políticas públicas e em gestões de governo.

Quanto à dinâmica global de cunho econômico e cultural neoliberal, sua preocupação era quanto à predominância do clima subjetivista e individualista por ele provocado, e ao forte impacto que causaria sobre o enfoque político das organizações populares, a partir da predominância do imediato, do local, favorecedora da preocupação com necessidades individuais de caráter econômico e/ou psicológico. Instaurava-se um mundo de incertezas, sem utopias e/ou projetos societários, com fortes tendências de busca por respostas místicas e religiosas imediatistas. A partir desse contexto e instigado pelo Fórum Social Mundial, Humberto Plummen entendia que a perspectiva estratégica não era a de movimentos sociais monolíticos, mas de encontros (fóruns, assembleias, congressos, simpósios) que congregassem redes de solidariedade geográficas e temáticas, com base em princípios éticos antiglobalização neoliberal.

Ele observava a crise dos partidos e, sem desconhecer a importância exercida pela atuação institucional dos de oposição naquele momento, chamava a atenção para a natureza da ação cultural que o trabalho dos movimentos sociais populares devia protagonizar visando a serem portadores de novas relações sociais em nível micro e

macro, ajudando a superar os modelos eleitoreiros, clientelistas e paternalistas de fazer política.

Plummen concluiu o artigo fazendo uma análise da conjuntura eclesial. A partir da década de 1980, movimentos espiritualistas e fundamentalistas vindos de fora, passaram a ter hegemonia no interior da Igreja Católica. A presença profética das CEB's – muito visível entre 1970 e 1985 – perdeu vitalidade por falta de apoio institucional, com raras exceções. Na sua percepção,

são grupos minoritários, que não cederam à domesticação eclesiástica [...], perceberam a fragilidade de muitas igrejas locais (a maioria?) no campo social e político e a urgência da causa dos excluídos, específico de sua presença está, a meu ver, em contribuir na esfera ética [...]. A primazia da dignidade da pessoa e de todas as pessoas, a opção pelos pobres e excluídos, os valores da liberdade, da tolerância ativa, da solidariedade, da fraternidade, da participação e comunhão (articulação) são valores eminentemente evangélicos. O problema para muitos deles e delas é a comunhão eclesial, como viver a sua pertença eclesial? Já, se fala hoje de uma Igreja invisível (PLUMMEN, 2001, p.153-155).

As forças renovadoras no interior das Igrejas ficaram na retaguarda, na década de 1990. Ele lembra que, apesar da tendência predominante, tiveram continuidade iniciativas tipo a Campanha da Fraternidade, a manutenção das atividades da Comissão de Justiça e Paz, as Semanas Sociais e as Campanhas de Mobilização Social das quais resultaram, como fruto da ação de redes pastorais e de movimentos sociais, o Plesbicito contra a Dívida Externa, o Grito dos Excluídos, que tiveram continuidade com as campanhas do Plesbicito contra a assinatura dos acordos com a ALCA e a instalação da Base Estadunidense em Alcântara, do limite da propriedade da terra, da lei da ficha limpa e da Assembleia Popular... (ANDRADE, 2012b; 2019).

Retomando as reflexões de Humberto Plummen, resgatamos aspectos de sua interpretação sobre as práticas de organizações e pessoas cristãs que, conforme anunciado na introdução desse texto, são transbordamentos da “Igreja dos Pobres” ainda em 2020, quando vivenciam uma fé política, um cristianismo da libertação, um catolicismo em diáspora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coincidência ou sinergia, observamos que, em atitudes, práticas e reflexões, Humberto Plummen permanece uma referência importante. Guardado o contexto que marcou a virada dos anos 1980 para 1990 – configurador de uma certa mudança de época – podemos dizer que como intelectual e teólogo público que vivenciou essa mudança e adentrou com vida o século XXI, ele faz-se atual e se perpetua. Pereniza-se através das indagações registradas nos seus escritos dos anos 2000, pelo vazio que deixou ao não poder estar presente na mobilização do Grito dos Excluídos em 2001 (ano de sua morte), e pela continuidade do trabalho de formação popular e reflexão sobre fé e política realizado pela Escola Pe. Humberto Plummen (ANDRADE, 2013).

A Escola Fé e Política Humberto Plummen é, na sua experiência iniciada em 2003, um sinal de esperança. Foi criada pelo Setor de Pastoral Social, da CNBB NE2 ao qual está vinculada. A dinâmica de funcionamento e sua metodologia traduzem bem essa inspiração, pois se transformou em um espaço de formação de leigos que, nas dioceses e nas pastorais sociais, encontram motivação para buscar esse espaço a partir dos desafios advindos da participação em movimentos e mobilizações. A Escola nasceu de iniciativa da coordenação do Setor de Pastoral Social, mas tem certa autonomia, em específico quando os/as ex-alunos/as passam a compor a coordenação. São diferentes as Escolas de Fé e Política Diocesanas que são criadas e ficam mais dependentes da estrutura eclesial.

A Escola Humberto Plummen optou por ser itinerante: não tem uma sede ou lugar fixo para realização das atividades; os módulos dos cursos que organiza são realizados em diferentes dioceses com o intuito de fomentar intercâmbios em torno de visitas a experiências de organização popular, a exemplo do movimento indígena, quando os módulos foram realizados em **territórios** daqueles grupos. Em alguns períodos conseguiu realizar atividades entre um módulo e outro, com acompanhamento de educadores/as da Escola diretamente nas comunidades dos alunos. Desde a sua fundação mantém articulações com o Movimento Nacional Fé e Política – que é laico e autônomo – e com o CEFET (Centro de Fé e Política Dom Hélder Câmara), organismo do laicato, vinculado à CNBB (PINHEIRO, 2006; OLIVEIRA, 2004).

Em seu itinerário, a Escola incorporou preocupações quanto à intervenção nos espaços de participação política e nas políticas públicas, em conselhos de gestão ou na fiscalização do orçamento, assim como subsidia, do ponto de vista ético, político e ideológico, candidaturas a cargos no Legislativo e Executivo, de partidos com compromissos políticos de esquerda. Ao longo do tempo, os egressos assumiram a tarefa de educar os novos alunos da Escola. Essa experiência ainda tem continuidade, o que marca uma transição geracional dos processos vivenciados pela geração dos anos 1980.

Este artigo, acerca de aspectos da trajetória de Humberto Plummen, possibilitou apontar para pesquisas posteriores que continuem a construção de uma história-memória de participantes da experiência da “Igreja dos Pobres”, visando a informar sobre os debates hodiernos acerca da persistência do catolicismo da libertação, para além dos espaços eclesiais, com o objetivo de, neles, reconhecer a ‘igreja invisível’, na expressão de Plummen. Esforço semelhante foi empreendido em estudo sobre a campanha de mobilização, realizado pelo Setor de Pastoral Social, a Assembleia Popular, no Regional da CNBB NE2, entre os anos 2005 e 2010. Um pouco do que apresentamos nesse texto, ao tratarmos da criação, em 2003, e manutenção até a atualidade, da Escola Fé e Política Pe. Humberto Plummen, que tem fomentado escolas diocesanas de fé e política na perspectiva do cristianismo da libertação (PINHEIRO, 2006, p. 105-111; PINHEIRO; ALVES, 2013, p. 248-252), como, por exemplo, a Escola Regional da Igreja Batista do Coqueiral, bairro periférico da Região Metropolitana do Recife.

A abordagem deste estudo, entendido como uma pesquisa sobre o catolicismo da libertação, discutido historicamente, buscou também observar os desdobramentos dessa presença na atualidade, através de pesquisas qualitativas que possibilitem enxergar além do quantitativo registrado nos Censos do IBGE que trazem informações sobre um catolicismo homogeneizado, cujos critérios sobre religiões e pertencimentos não capturam a diversidade de catolicismos e de pluralismos religiosos presentes na experiência de uma mesma pessoa e no interior da mesma religião (SOFIATI; MOREIRA, 2018). Indicamos a necessidade de estudos que, na esteira do que apresentamos, verifiquem se é possível fazer essa conexão entre a história e a atualidade desse catolicismo.

O exercício que realizamos foi uma forma de pensar o ecumenismo secular, que floresceu na “Igreja dos Pobres de Dom Helder”, refletindo, ao mesmo tempo, sobre o fenômeno atual da desinstitucionalização das igrejas e das religiões. Uma forma de pensar uma religião em movimento, em uma herança ou transbordamento de uma experiência que, em outro contexto, redimensiona o ecumenismo secular atual e a fé política, e contribui para pensar a diáspora de cristãos sem igreja.

REFERÊNCIAS

AÇÃO Católica Operária. **História da ACO: fidelidade e compromisso na classe operária**. Rio de Janeiro: Ação Católica Operária, 1987

ANDRADE, Flávio Lyra de. Ação popular e assembleia popular: continuidades e descontinuidades na constituição do catolicismo da libertação. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP**, v. 1, n. 1, 2012a, p. 79-104.

ANDRADE, Flávio Lyra de. Igreja no Nordeste, pastorais sociais e cristianismo da libertação. **Revista de Cultura Teológica**, Ano XXVII, n. especial, out./nov. 2019, p. 143-171.

ANDRADE, Flávio Lyra de. **Construção de identidades coletivas na assembleia popular: trânsitos em processos sociais entre o campo político e religioso**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012b.

ANDRADE, Flávio Lyra de. A tradição da teologia da libertação na Assembleia Popular: fé, política e cristianismo para além da Igreja. In: **Anais do IV Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciência da Religião: “o futuro das religiões no Brasil”**. São Paulo: ANPTECRE, 2013, p. 773-802. Disponível em: http://www.unicap.br/anptecre/wp-content/uploads/2013/12/ANPTECRE_IV-Congresso.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

BEOZZO, José Oscar. **A igreja no Brasil: de João XIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BEZERRA, Aída; PLUMMEN, Humberto. **EQUIP: uma experiência de Educação Popular no Nordeste**. Recife: EQUIP, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Catolicismo. Catolicismos? In: TEIXEIRA, Faustino; MENESES, Renata (orgs.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 89-110.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRIGHENTI, Agenor. A Ação Católica e o novo lugar na igreja e na sociedade. In.: **Concilium**. Cristianismo e democracia. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 41-52.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?:** história e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: FASA, 2008.

CASTRO, Marcos de. **Dom Hélder:** misticismo e santidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Padre Romano:** profeta da libertação operária: a saudade que impulsiona. São Paulo: Hucitec, 2006.

COMBLIN, José. **O Espírito Santo e a tradição de Jesus.** São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2012.

CONVERGÊNCIA. Informe Conferência dos Religiosos do Brasil: pelas regionais. **Convergência**, Ano XIX, n. 169, 1984, p. 14.

DOMEZI, Maria Cecília. **Mulheres do Concílio Vaticano II** [livro eletrônico]. São Paulo: Paulus, 2016.

FELIPE JUNIOR. **Padre Humberto Plummen, um profeta do Sertão.** Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cordel/390322>. Acesso em: 30 ago. 2008.

GEBARA, Ivone. Humberto Plummen: um sociólogo educador. *In*: BEZERRA, Aída; PLUMMEN, Humberto. **EQUIP:** uma experiência de educação popular no Nordeste. Recife: EQUIP, 2003. p. 5-8.

GEBARA, Ivone. **As águas do meu poço.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

GERARD, André; COSSART, Francisco S. **Padre, operário, educador:** vida e luta de Henrique Cossart. Olinda: TV VIVA/ Centro de Cultura Luiz Freire, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X4xHE28EGrU>. Acesso em: 20 de março de 2020.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Un catholicisme diasporique: réflexions sociologiques sur un propos théologique. **RSR**, 107/3, 2019, p. 425-440.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido:** a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

KRISCHKE, Paulo José. **A igreja e as crises políticas no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1979.

LIBÂNIO, João Batista. **A volta à grande disciplina.** São Paulo: Loyola, 1984.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael; SOFIATI, Flávio Munhoz; ANDRADE, Luis Martínez. Cristianismo da Libertação e Teologia da Libertação na América Latina. **Revista Sociedade e Cultura**. v. 23, 2020. p. e64381.

MARIN, Richard. Dom Helder Câmara: um itinerário no catolicismo brasileiro. *In*: MONTENEGRO, Antônio; SOARES, Edla; TEDESCO, Alcides (orgs.). **Dom Helder, peregrino da utopia:** caminhos da educação e da política. Recife: Prefeitura/Ed. Universitária da UFPE, 2002. p. 123-138.

MONTENEGRO, Antônio. **Travessias**: padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990). Recife: CEPE, 2019.

MONTENEGRO, Antônio; SOARES, Edla; TEDESCO, Alcides (orgs.). **Dom Helder, peregrino da utopia**: caminhos da educação e da política. Recife: Prefeitura/Ed. Universitária da UFPE, 2002.

MUGGLER, Monica Maria. **Padre José Comblin**: uma vida guiada pelo Espírito. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro (org.) **Fé e política**: fundamentos. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

PINHEIRO, José Ernanne. **Memória e missão**. São Paulo: Paulinas, 2009.

PINHEIRO, José Ernanne. (org.). **Cristãos em ação na política**: coleção do Centro Nacional de Fé e Política "Dom Hélder Câmara". Aparecida: Santuário, 2006.

PINHEIRO, José Ernanne; ALVES, Antonio Aparecido. **Os cristãos leigos no mundo da política**: à luz do Concílio Vaticano II. Petrópolis: Vozes, 2013.

PLUMMEN, Humberto. A caminhada da igreja do nordeste na década de 80. *In*: FERNANDEZ, José Cobo (org.). **A pastoral entre Puebla e Santo Domingo I**: tensões e mudanças na década dos anos 80. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 103-111.

PLUMMEN, Humberto. As relações entre as instituições religiosas e os partidos políticos. **Perspectivas teológico-pastorais**. n. 2, ano 1, 1982, p. 54-57.

PLUMMEN, Humberto. Perspectivas de mudanças na igreja e nos movimentos sociais. *In*: VV.AA. **Ética, cultura e igrejas em tempo de globalização**. Fortaleza: Curso de Verão na Terra do Sol, 2001. p. 141-156.

ROCHA, Zildo (org.). **Helder, o Dom**: uma vida que marcou os rumos da Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SALEM, Helena. O Planeta dos Macacos e a Igreja de Recife. *In*: SALEM, Helena (coord.). **A igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981. p. 172-180.

SALES, Ivandro da Costa (org.). **CTC**: 35 anos criando saberes. Recife: CTC/COMUNIGRAF, 2002.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites do progressismo católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. 2. ed. Recife: Editora Universitária; Olinda: Associação Reviva, 2014.

SOARES, Sebastião Armando Gameleira. Apresentação. *In*: FÉLIX FILHO. **Além das ideias**: histórias de vida de Dom Hélder Câmara. Recife: CEPE, 2012. p. 07-12.

SOFIATI, Flávio Munhoz; MOREIRA, Alberto da Silva. Catolicismo brasileiro: um painel da literatura contemporânea. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, 38(2), 2018, p. 277-301.

SOUZA, Alzirinha Rocha de. Do Recife a Medellín: aspectos históricos e pastorais. **REVER**, v. 18, n. 2, 2018, p. 35-45.

SUNG, Jung Mo. **Cristianismo da libertação**: espiritualidade e luta social. São Paulo: Paulus, 2008.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). **Catolicismo plural**: dinâmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 17-30.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. CEAS: a resistência de setores da Companhia de Jesus durante a ditadura militar. In: CBJP/CNBB. **Memória e compromisso**: a participação dos cristãos na redemocratização do Brasil e anistia política. Brasília: Ministério da Justiça; Comissão de Anistia/CJPB; Comissão Brasileira de Justiça e Paz, 2016.